



ACTA Nº 3/2010

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2010
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 1 DE MARÇO DE 2010

-----No dia 1 de Março de 2010, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2010 da mesma Assembleia Municipal, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 22 de Fevereiro de 2010 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Designação de Cidadãos pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança [alínea k) do nº 1 do Artigo 4º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança];*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais, respectiva fundamentação económico-financeira e implementação faseada;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Actividades de Mercado e Feiras de Lagos – Aditamento ao nº 1 do Artº 16º e inclusão de um novo artigo (Artº 19º-A);*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alienação de parcela de terreno sita na Torraltinha, em Lagos – Alvará de Loteamento nº 26/88;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de revisão de avença – prestação de serviços de Revisão legal de Contas – Futurlagos – Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, E. E. M.;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de Geminação entre o Município de Lagos e o Município de Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde;*
- PONTO 10 - *Designação dos representantes no Conselho Municipal da Juventude de Lagos;*
- PONTO 11 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Lagos – Alteração ao Artº 77º, revogação do Artº 80º, aditamento do Artº 10º-A,*



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

*alteração das Normas 24 e 25 do Anexo I e
aditamento do Anexo VII.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Manuel Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva



-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos
PSD	Eurico José dos Reis Correia

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

PSD	Rui Filipe Machado Araújo	1 dia	Fernando Manuel Marreiro
-----	------------------------------	-------	-----------------------------

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTOU À REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: Interveio o município Sr. Álvaro Cerqueira que começou por referir que não concordava com o aumento dos valores das taxas e licenças, uma vez que se está a atravessar por uma crise muito grave, compreendendo que a Autarquia também atravessa uma crise, mas no entanto está a Câmara Municipal a exigir um grande esforço aos contribuintes, solicitando alguma ponderação.-----

-----ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos	20.47

-----Seguidamente interveio a múnice Sra. Florbela Santos que disse o seguinte: “Sr. Presidente, queria começar por dizer que as preocupações dos operadores do Mercado Municipal não são tão simples como o Sr. Presidente entendeu quando diz: “e temos aqueles que não querem pagar mais”. Nós, operadores, estamos solidários com os trabalhadores da Alisuper e foi do nosso agrado saber que a Câmara Municipal tem um Plano para apoiar cerca de 50 trabalhadores que estão em risco de perder o emprego. Também ouvimos um trabalhador dos quadros da empresa Alisuper dizer que entre as várias razões, uma delas tinha sido a má gestão que levou a empresa à falência. Sr. Presidente a gestão do Mercado é da Câmara Municipal, também esperamos por um Plano para apoiar 50, ou mais, operadores a manter o seu posto de trabalho. Gostava de ler mais umas palavrinhas e deixar n Assembleia este registo: “Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagos. Venho informar ao Sr. Presidente e Deputados desta Assembleia Municipal que a opinião generalizada dos operadores e funcionários da C.M.L. ao serviço daquele espaço comercial é que o Sr. Fiscal Municipal Especialista Principal responsável pelos mercados, Francisco Dias, não usa de urbanidade nas relações com os mesmos. E também do conhecimento geral, de que no Mercado Municipal de Santo Amaro, o Sr. Fiscal acima mencionado, favorece alguns operadores, dando oportunidade de usarem indevidamente esse espaço comercial, nomeadamente: Ocupação indevida dos locais de venda. Ocupação da superfície de venda maior do que a autorizada. Gastos abusivos de água, diários, no amanho de peixe que não se destina a venda neste mercado. Bancas encerradas durante vários dias da semana. A entrada diária de operadores para descarga de produtos após o encerramento do mercado. Permitir que na placa de identificação do pescado não conste a origem do mesmo e respectivo nome científico lançando a confusão no consumidor. Face ao exposto solicito ao Sr. Presidente o respectivo procedimento legal.” Muito obrigado.”-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	20.49

-----Interveio a múnice Sra. Fátima Martins, operadora do Mercado de Santo Amaro, que apelou para que tivessem em atenção e revissem as taxas do Mercado, visto que o valor mensal é elevadíssimo para a actual situação de vendas com que se depara o sector da fruta, legumes e flores. Disse que a tudo isto há a acrescentar a visita, há poucos dias, da ASAE que informaram os operadores do Mercado que têm que investir em novos equipamentos, uma vez que os actuais são antigos e fora da lei. Referiu que os operadores têm que pagar Segurança Social, Contabilidade, etc.. Afirmando que muitos dos operadores não vão conseguir manter os seus postos de trabalho.-----



-----O munícipe Sr. António Lavareda, lojista do Mercado de Santo Amaro, manifestou o seu desespero sobre o aumento da taxaço da ocupaço das lojas. Disse que no passado dia 27 de Fevereiro, tinha sido avisado pela fiscalizaço municipal de que ia ser multado pelos dizeres que tem no vidro da sua loja, não compreendendo o porquê desta situaço uma vez que já tinha explicado, numa reunião com a Câmara Municipal, que no decorrer das obras efectuadas ao Mercado de Santo Amaro, a empresa Neocivil, ao serviço da Câmara Municipal, tinha partido o vidro da sua loja, onde constava dizeres pintados, isto fez um ano em Janeiro de 2010, continuando à espera da resoluço deste facto, apesar de ainda ninguém ter demonstrado qualquer interesse em resolvê-lo. Terminou deixando a seguinte pergunta “será que só nós é que temos deveres para com a Câmara?”-----

-----Seguidamente interveio o munícipe Sr. Clarêncio Correia, que informou ter um estabelecimento comercial na Praia da Luz com esplanada. Começo por dizer que numa primeira análise que fez aos valores da nova Tabela de Taxas e Licenças, no seu ramo, pareceu-lhe que as novas taxas iam ao encontro do que já pagava e que são acima da média, em comparaço com as taxas praticadas noutros Concelhos do Algarve, só que depois de analisar melhor os números verificou que o actual valor de seis euros e sessenta cêntimos, por metro quadrado e por mês, em 2012 passa para trinta e três euros, o que lhe parece um absurdo e um exagero. Perante tudo isto perguntou como é que a Câmara tinha chegado a este valor.-----

-----A munícipe Sra. Cristina, inquilina da loja número 1 do Mercado de Santo Amaro, disse que os lojistas estavam extremamente indignados com o aumento proposto, numa altura de crise e em que todos passam grandes dificuldades. Referiu que já é difícil pagar o valor actual, quanto mais aumentado. Disse que os lojistas têm a renda para pagar, assim como Segurança Social, contabilista, água e luz. Afirmou que o Mercado não tem qualquer investimento, tudo o que é feito nas lojas é suportado pelos lojistas. Referiu que quando ficaram com as lojas a Câmara disse que os aumentos eram conforme a inflaçõ, mas isso nunca se verificou. Disse ainda que muitas famílias terão de ir para o desemprego caso o que está previsto passar a ser cobrado. Solicitou que estes aumentos fossem ponderados e que fizessem uma análise mais profunda da situaço actual.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenço, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	20.58

-----Seguidamente interveio o munícipe Sr. Cizolando Henrique Guerreiro que, em relaço aos aumentos das taxas, disse que a maior parte das Câmaras Municipais do País não iam efectuar qualquer aumento nas taxas, devido à situaço de crise que se verifica. Afirmou que em Lagos existe dupla crise, em especial no Centro Histórico, porque para além da crise nacional, há a crise provocada com as obras do novo parque de estacionamento, que causou imensos prejuízos aos comerciantes. Disse que, se em cima de tudo isto vão ser aplicados aumentos enormes, muitos comerciantes não vão conseguir sobreviver.-----



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por agradecer o facto dos cidadãos presentes exercerem o seu direito democrático de se pronunciarem e congratulou-se com o facto de estar a sala cheia de pessoas interessadas na cidade, por via do interesse próprio e pessoal legítimo. Convidou todos a estarem presentes aquando da apresentação do Ponto referente à Tabela de Taxas, uma vez que vai ser apresentada o estudo que levou à apresentação da Proposta das novas Taxas, onde vai ser o enquadramento legal e económico-financeiro. Informou que o estudo foi feito por uma empresa de grande qualidade internacional, tendo analisado as contas e fazendo o exercício que a lei impôs em dois mil e seis, tendo sido adiado até Abril de 2010. Disse que a Câmara Municipal já tinha aprovado que as novas taxas não sejam aplicadas imediatamente na íntegra. Lamentou o facto dos comerciantes, as associações de comerciantes e as força vivas da cidade não tenham participado de uma forma mais activa no período da discussão pública de que este Regulamento foi alvo, tendo apenas aparecido duas ou três intervenções que foram ponderadas e tomadas em consideração, aquelas que realmente tinham razão. Disse que no estudo elaborado pela empresa foram tidos em conta todos os aspectos que a lei manda ter em conta e que sobre sua proposta, levada à reunião de Câmara, as actualizações vão ser faseadas. Declarou considerar a Lei que está na base dos novos valores das taxas, justa e a sua aplicação justa e legítima. Disse que há taxas que vão ser substancialmente altas porque estão, actualmente, substancialmente baixas em relação ao custo imputável ao município. Reconhece estarmos a passar por um período de crise e por isso mesmo, em vez de fazer a aplicação integral do estudo, esta vai ser faseada, ou seja, em dois mil e dez, ninguém pode pagar mais do que trinta e cinco por cento em relação a dois mil e nove, em dois mil e onze ninguém pode pagar mais do que sessenta e cinco por cento em relação a dois mil e nove e em dois mil e doze será cobrada a taxa na íntegra, porém vai ser feito no final de dois mil e dez e de dois mil e onze um estudo sobre os efeitos que tiveram as respectivas actualizações das taxas. Pediu a todos que fosse feito o exercício de cidadania ao contrário. Afirmou que todos os casos em que se provasse que os comerciantes não conseguiam desenvolver a sua actividade por causa destas actualizações iriam ser analisados pela Câmara Municipal. Informou que as taxas que eram pagas anualmente, podem ser pagas em prestações, conforme previsto na Lei e no Regulamento, acrescentando que poderá haver isenções e/ou reduções em casos provados de incapacidade económica para pagar a taxa. Referiu que as taxas não se aplicam apenas aos mercados e às esplanadas e que as taxas referentes à urbanização e à edificação já foram aumentadas nos mesmos termos nos respectivos Regulamentos, na altura certa, tendo a Câmara Municipal depois decidido não aplicar o aumento do ano seguinte. Disse que os comerciantes terão que considerar que o município tem muito mais gente que nunca beneficiou de qualquer coisa pública nos mesmos termos que eles. Os comerciantes com os seus impostos estão a contribuir para que quem deles precisa os tenha lá, para que haja os funcionários, quem abra e feche a porta, quem limpe, quem faça a reparação. Dirigindo-se ao Munícipe António Lavareda, disse que há quem se preocupe com as coisas apesar deste Munícipe achar que não e



há quem procure resolver os problemas, embora demore muito mais tempo do que o desejado. Informou que o estudo em causa se iniciou no princípio de dois mil e oito e terminou em meados de dois mil e nove, não estando o novo edifício da Câmara incluído no estudo económico, nem está a renda que o Município paga pelo actual edifício, porque se estivesse, os valores ainda seriam mais elevados. Disse que na base do estudo estão todos os custos que a Câmara Municipal tem para manter o seu “negócio” e o “negócio” da Câmara é manter todas as suas funções em exercício e manter todos os seus equipamentos a funcionar e manter a possibilidade de alguns cidadãos poderem utilizar aquilo que é de todos nas melhores condições possíveis, dentro de uma lógica, que já existia, de contrapartida para o colectivo, o que exigiu um estudo mais apurado, que deu os resultados que estão em cima da mesa para apreciação. Referiu não ver alternativa nem volta a dar. Afirmou que a crise existe, mas a fundamentação económico-financeira das taxas está feita e com os cuidados todos já referidos a Câmara irá analisar e tirar as suas conclusões e onde for necessário apoiar, a Câmara apoiará. Disse ser da opinião de que muitos comerciantes têm que reestruturar os seus negócios para que os mesmos sejam cada vez mais rentáveis (neste momento ouviu-se uma gargalhada geral vinda do público presente na sala). Afirmou que a Câmara Municipal continuará a fazer tudo para permitir que isto seja uma realidade. Disse que, ao contrário da dupla crise mencionada, há que haver uma dupla esperança para que o Centro Histórico tenha muito mais rendimento quando o Parque de Estacionamento estiver concluído (nesta altura ouviu-se um ruído de fundo vindo do público presente na sala), aproveitando para informar os presentes de que já havia visto do Tribunal de Contas para que a obra continuasse. Referiu que a Câmara tem-se esforçado no sentido de dar melhores condições aos comerciantes.-----

-----Neste momento o Sr. José Manuel Freire (CDU) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, dizendo que a intervenção deste já era um abuso, porque ainda não se estava a discutir o Ponto referente ao assunto abordado nesta intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) agradeceu a chamada de atenção por parte do Sr. José Manuel Freire e voltou a dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que já estava a causar incomodo em algumas pessoas, o que lamentava, mas não estava a abusar de coisíssima nenhuma e não aceitava acusações de abusador. Acrescentou que está a fazer esta intervenção porque há o risco de se chegar ao fim da presente reunião e o Ponto sobre este assunto não ser discutido, ficando o público, mais uma vez, como aconteceu na primeira reunião desta Sessão, sem ouvir uma palavra sobre o assunto. Referiu que a Câmara nos últimos cinco anos fez injectar no comércio local cerca de cem mil euros pelo Natal, acrescentando que um comércio forte tinha a obrigação de fazer dos cem mil, pelo menos trezentos mil de comércio do Natal e tinha obrigação de fazer dos oitocentos clientes, quatrocentos clientes permanentes. Esclareceu que a Câmara apoia constantemente as associações de comerciantes que lhe solicitam apoio; promove acções de animação por todo o Concelho e está no



Fl. 27v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

terreno uma campanha para os recém-nascidos lacobrigenses o que implica cerca de trezentos mil euros do erário público em vales de nascimento.-----

-----Neste momento o Sr. Eurico Correia (PSD) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, alertando para o facto de que o que o Sr. Presidente da Câmara estava a dizer já nada tinha a ver com o assunto e por este andar o público corria o risco de não ver discutir o assunto das taxas nesta reunião; os Deputados Municipais corriam o risco de, quando fosse apreciado o assunto das taxas já não haver público presente na sala para os ouvir.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que quem comandava os trabalhos era ele e que o Sr. Eurico não tinha o direito de interromper o Sr. Presidente da Câmara, tendo voltado a dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para concluir a sua intervenção.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a Câmara tem dado o apoio para que haja dinheiro a circular no comércio local e não aceita a acusação de que a Câmara está a tentar destruir o comércio local.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.08

-----**PONTO 2 - DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), deu conhecimento de que tinha sido deliberado, pela Comissão Permanente, que os Grupos Municipais indicavam o seguinte número de nomes para constituírem a Lista de cidadãos designados pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: PS – 6; PSD – 3; CDS – 1; CDU – 1 e BE - 1 Partido Político, e foi esse conjunto de nomes que passou a ler: Ana Natacha Duarte Álvaro; António Manuel Rodrigues Castanheira; Carlos Miguel dos Santos Vieira; Carlos Ribeiro; Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa; Fernando António Jesus Joaquim; Fernando Graça; José Tomé; Manuel Viegas; Manuela Vale; Marta Susana Figueiredo Godinho Pacheco da Costa e Teresa Andréz. Referiu ainda que caso ninguém se oponha a Assembleia Municipal designava consensualmente esta Lista de Cidadãos, para integrar o Conselho Municipal de Segurança.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 29/AM/2010:**

-----**Designados**, pela Assembleia Municipal, os seguintes cidadãos, que integrarão o Conselho Municipal de Segurança de Lagos: Ana Natacha Duarte Álvaro; António Manuel Rodrigues Castanheira; Carlos Alberto Martins Ribeiro; Carlos Miguel dos Santos Vieira; Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa; Fernando António Jesus Joaquim; Fernando Graça; José Tomé; Manuel Borba Viegas; Manuela Vale; Maria Teresa Andréz Gonçalves e Marta Susana Figueiredo Godinho Pacheco da Costa.---

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e



a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-485-13.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) solicitou esclarecimentos sobre o que a Câmara está a pensar fazer no sentido de melhorar o troço da estrada que liga a cidade à Meia Praia, uma vez que é uma via que está em muito mau estado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) alertou para o facto do multibanco instalado no Mercado de Santo Amaro normalmente não ter dinheiro aos sábados, dia em que o mercado mais movimento tem. Solicitou comentário, por parte da Câmara, em relação à verba destinada à Escola EB 2, 3 n° 1 de Lagos colocada em PIDAAC.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se está prevista alguma intervenção para as arribas do Monte do Moleão, que têm sofrido alguns aluimentos na zona virada para a ribeira de Bensafirim. Chamou à atenção para o facto da zona do bar o Moinho não ter iluminação pública há cerca de dois meses assim como o facto do parque infantil na Praça da Paz também ter iluminação deficiente. Disse que a intervenção feita no Porto de Mós em relação à ribeira com o mesmo nome, não deve ter sido a suficiente, uma vez que as intempéries das últimas semanas têm destruído o que foi feito na zona do canal.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) perguntou pelo ponto da situação em relação ao Mercado dos Escravos, se a Câmara sempre vai ficar com o espaço, ou não. Sobre uma reunião entre a Câmara Municipal e a Refer sobre o antigo edifício da Estação da CP, perguntou se a Câmara vai ficar com o edifício mencionado. Perguntou ainda para quando a conclusão das obras do Jardim da Constituição e da Praça do Infante, um a vez que continuam tapumes em frente à Igreja de Santa Maria e continua a funcionar uma estação de bombagem no local que não é o definitivo.-----

-----O Sr. Carlos Ribeiro (PS) referiu que existem muitas vias do Centro Histórico que estão em muito mau estado, por isso perguntou se está pensada alguma intervenção nestas mesmas vias.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) destacou o facto da Câmara ter trazido o Centro de Ciência Viva para Lagos e o protocolo que a Câmara estabeleceu com a Associação Cadela Carlota.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que a estrada da Meia Praia estava a ser intervencionada em diversas frentes, de diferentes modalidades e por diferentes intervenientes, mas que iria levar algum tempo, uma vez que há muita obra em execução na Meia Praia; a rua que está a servir de alternativa a parte da estrada, não estava preparada para receber tanto trânsito pesado, como está a receber, mas no final irá ser intervencionada pelo dono da obra que faz por lá passar esse mesmo trânsito. Disse ter registado o facto de haver muita gente no Mercado de Santo Amaro ao Sábado e a Câmara Municipal tudo fará para que haja cada vez mais pessoas a fazer compras nos Mercados Municipais e no comércio tradicional. Disse que a Escola EB 2, 3 n° 1 tinha sido alvo de um Protocolo entre o Município e o Ministério da Educação, sendo que a verba que está em PIDAAC não é a que consta no Protocolo, mas há a indicação de que as verbas, a seu tempo aparecerão. Sobre os aluimentos no Monte do Molião, disse que a Câmara está atenta aos mesmos, mas não tem havido aluimentos com um



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

significado muito especial, como já aconteceu em anos anteriores. Registou as falhas e faltas de iluminação mencionadas. Em relação à obra do Porto de Mós disse que a mesma ainda não estava totalmente recebida pela Câmara, sendo que já foi verificada a necessidade de haver alterações/rectificações na obra. Informou que o Mercado dos Escravos vão ficar na posse do Município. Sobre o antigo Edifício da Estação da CP, disse que a Câmara tinha assinado um protocolo em dois mil e um no sentido de ficar com o edifício, só que a Refer queria cerca de quatrocentos mil euros pelo mesmo, o que a Câmara recusou. Em relação ao Jardim da Constituição e à Praça do Infante disse que o que efectivamente falta acabar é o denominado Jardim do Pelourinho, onde está uma parte com tapumes e onde está a antiga estação elevatória, estando a Câmara à espera que a Águas do Algarve instale todos os equipamentos, que ficou de instalar, na nove estação elevatória. Informou que a Câmara estava a preparar um “Polis” para S. Sebastião que irá dar solução aos arranjos necessários em muitas vias do Centro Histórico, não só ao nível do estado do piso como ao nível do saneamento. Agradeceu as palavras da Sra. Clara Rato.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim) congratulou a Vila de Bensafrim pela inauguração do relvado sintético, no dia 30 de Janeiro, no seguimento de um Protocolo assinado entre a Junta de Freguesia , a Câmara Municipal e o Clube Estrela de Bensafrim, acrescentando que este equipamento serve não só a população de Bensafrim, mas também toda a população de Lagos.-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO E TABELA DE LICENÇAS, TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E IMPLEMENTAÇÃO FASEADA:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-485-14.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a apresentação da equipa técnica municipal que fez a ligação entre a Câmara Municipal e a empresa que elaborou o estudo económico-financeiro – PricewaterhouseCoopers – Assessoria de Gestão, Lda. - e solicitou à Dra. Antonieta Camilo que fizesse a respectiva apresentação técnica do assunto.-----

-----A Dra. Antonieta Camilo, Técnica da Câmara Municipal, fez a apresentação em powerpoint do assunto, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-485-14-A.-----

-----**SAÍDA DE VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente, da sala a seguinte Vereadora da Câmara Municipal:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL	HORA
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora	22.15

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal justifica estes aumentos com a necessidade de recuperar os custos dos investimentos realizados ou a realizar pela Câmara, sendo esta uma imposição da Lei. Referiu que



o estudo para ser efectuado tiveram que ser dados à empresa elementos por parte da Câmara Municipal e ainda bem que não está envolvido nestes dados o custo com o novo edifício municipal. Disse ter chegado à conclusão de que a Câmara Municipal se tinha transformado numa máquina gastadora que gerou os valores, bastante elevados, apresentados neste Regulamento. Referiu que se há situações em que se pode facilmente ver o benefício do utente, há outras em que não é possível descortinar o benefício que o utente pode retirar. Em relação às esplanadas disse que nem todos tiram o mesmo proveito das esplanadas, mas no entanto são taxados da mesma maneira. Afirmou que o Concelho de Lagos não comporta taxas com os valores apresentados, uma vez que há taxas que chegam a ter um aumento de três mil e setenta e três por cento, o que considera um número irreal. Perguntou como era possível considerar os meses de Abril a Setembro como meses de época alta quando todos sabem que os meses de época alta são o Julho e o Agosto, e mesmo assim pode-se correr riscos. Disse que estes aumentos das taxas vão interferir em todos os sectores, até no cultural, onde era suposto terem menos incidência e considerou que um dos sectores que é mais prejudicado com estes aumentos são as diversas ocupações dos mercados, uma vez que os clientes são cada vez menos. Afirmou que este aumento das taxas preocupava imenso o PSD, achando mesmo que o aumento do desemprego será um dos frutos destes aumentos. Disse esperar que o Sr. Presidente da Câmara refizesse os estudos e voltasse a fazer contas, ponderando os valores a introduzir nas fórmulas aplicadas, reflectindo, seriamente, na aplicação dos valores apresentados e nas consequências sociais resultantes da aplicação dos mesmos. Terminou dizendo que estes aumentos são uma grande penalização para todos que escolheram Lagos para viver uma vez que os aumentos não vão afectar só os comerciantes mas a população em geral.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que, segundo os dados recentes, o desemprego tende a aumentar; desde o início do ano encerraram mais de setecentas empresas em Portugal, ou seja, a crise é real e todos estão a senti-la. Referiu que no futuro, com estes aumentos, quem quiser manter o negócio tem que passar para o consumidor os custos relacionados com os aumentos propostos, portanto todos vão sofrer com estes aumentos. Disse que Lagos levou anos a consolidar a marca “Lagos dos Descobrimentos”, mas com estes aumentos propostos, em dois mil e dez pode surgir a “marca” “Lagos dos aumentos”, uma vez que os aumentos não se ficam pelas taxas, uma vez que este ano já se verificaram aumentos da água em cinco por cento, do saneamento em dezassete por cento, dos resíduos sólidos urbanos em vinte e três por cento e em que o preço dos passes mensais da Onda chegam a atingir um aumento de cerca de trinta por cento. Referiu que o aumento global das taxas tem uma grande expressão, indicando o caso de uma esplanada no Pincho, em época baixa, que vai ter um aumento de cerca de três mil por cento; acrescentou que há pessoas que moram na Meia Praia que tiveram um aumento no passe dos transportes públicos maior do que os aumentos das reformas; isto para dizer que há um conjunto de aumentos em Lagos que, provavelmente, não se vê em mais nenhum município do País. Declarou ter consultado outros Regulamentos, que se regeram pela mesma legislação e não vê aumentos da dimensão dos propostos



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pela Câmara de Lagos. Afirmou que quem é eleito para defender os interesses dos munícipes e do Município não pode votar a favor destes aumentos, uma vez que estão no seguimento de um conjunto de outros que vêm detrás.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) começou por dizer que há cerca de quatro anos que o PSD tem vindo a alertar a Câmara para o facto de haver despesismo por parte da Câmara Municipal que depois se traduz em taxas e em problemas para fazer face a esse despesismo. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal dizia que a bancada do PSD era a profeta da desgraça e tinha medo do investimento do qual a Câmara Municipal estava segura. Disse que noutras alturas em que foram propostas outras taxas o Sr. Presidente dizia que não havia um comerciante que viesse junto da Câmara para reclamar, situação que não acontece agora, sendo prova disso o facto da sala estar cheia de público, na sua maioria comerciantes, que vêm dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não podem continuar nas condições que a Câmara quer impor. Referiu que quando o PSD chamou à atenção para o dinheiro gasto com o Cineport, com a Caravela e com uma curva no Autódromo Internacional do Algarve, que o PSD considerou mal empregue a Câmara não concordou, mas agora está provado que o PSD tinha razão, porque se as verbas gastas com as situações mencionadas não o tivesse sido, actualmente a Câmara teria mais do que os cem mil euros, que o Sr. Presidente da Câmara referiu anteriormente, para injectar no comércio local. Lamentou o facto da Câmara Municipal não ter ouvido o PSD aquando dos alertas feitos por esta bancada.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse o seguinte: “Gostaria de manifestar a preocupação do Bloco de Esquerda relativamente a estes aumentos. Estes aumentos, aliados a todos os outros já conhecidos, designadamente da água, luz e transportes, agravarão o desemprego, as condições de vida da população, contribuirão para uma ainda maior debilidade das actividades económicas, não podendo deixar de realçar o pequeno comércio e pequena indústria. Portanto irei votar contra.”-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que o PS lamentava o facto de estarem a desvirtuar a discussão do presente Ponto, uma vez que está a assistir a intervenções que parecem quase de campanha eleitoral com balanços de despesismo, que se traduzem em discursos demagógicos e populistas; acrescentou que os discursos devem ter a ver com a assistência, mas não conseguiu entender os mesmos. Referiu que o documento apresentado pelo Executivo Municipal é muitíssimo completo e taxa aquilo que é público e que outros usam; é isso que se tem que entender por “taxa”. Reconheceu que algumas das taxas apresentadas são penosas. Disse não perceber o facto de falarem em percentagens quando ficou provado na apresentação feita que muitas situações têm um aumento mínimo. Disse achar estranho o PSD aparecer com um discurso tão negativo, ao dizer que a Câmara Municipal está a “enterrar” o comércio e está a criar desemprego, como refere a CDU, quando nas cento e uma medidas apresentadas pelo PSD aquando das eleições autárquicas, algumas apontavam para o que está a ser discutido nesta reunião, como por exemplo as medidas vinte e sete e vinte e nove que diziam “rever o Regulamento Municipal da Actividade Publicitária” e “disciplinar a venda



ambulante e a ocupação da via pública”, ora tudo isto está no documento apresentado pela Câmara Municipal. Em relação à Cultura disse não saber o que o PSD quer mais, uma vez que se pode ir à Biblioteca e ao Museu de graça, os jovens têm descontos no Centro Cultural, a não ser que queiram que a cultura vá ter a casa, mas isso é difícil. Afirmou que o documento apresentado é completo, rigoroso e assenta num estudo cuidadoso e é para ser colocado em prática faseadamente. Disse que basta ir à internet, ao Google, para consultar outros Regulamentos de Taxas. Referindo-se à intervenção do Sr. José Manuel Freire, disse que é preciso conhecer as taxas cobradas em dois mil e nove, noutros municípios, para comparar os aumentos previstos para este ano.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD tinha ficado esclarecido com a tomada de posição do PS e que tinha ficado agradado com o facto da Sra. Fernanda Afonso ter lido o Programa eleitoral do PSD, apesar de não o ter compreendido. Esclareceu que a venda ambulante em Lagos afecta o comércio local, dado que é feita de forma desordenada e com contrafacção de produtos, o que origina uma concorrência desleal. Sobre a discussão do assunto o que prende o PSD são os interesses de Lagos e dos seus cidadãos. Afirmou que o PSD não veio com demagogias, nem veio defender determinados objectivos que anteriormente não o tenha feito; acrescentando que o PSD sempre esteve ao lado da população no que aos aumentos propostos pela Câmara Municipal diz respeito. Disse que é o próprio documento em discussão que diz “de acordo com o documento e face aos actuais encargos e necessidades financeiras da autarquia, existe a necessidade de revisão do Regulamento de Taxas e Licenças” e se o PS tivesse o cuidado de ter visto os números da gestão camarária de dois mil e um até ao presente tinha visto que tinham aumentado, e muito, os custos de funcionamento da Câmara Municipal, facto que por si, justifica o aumento agora imposto aos cidadãos de Lagos, sendo estes que têm que pagar a má gestão efectuada durante estes últimos anos, que proporcionam que se tivesse chegado a determinados valores que são in comportáveis para o normal cidadão de Lagos. Referiu que o PSD não tem problemas em discutir este assunto seja em que lugar for e causa-lhes pena ver o PS tentar promover este tipo de taxas e licenças junto da população sem ter qualquer tipo de consideração pelo estado actual da economia local. Afirmou que demagogia é apresentar o estudo que está em cima da mesa assim como o Regulamento e no mesmo discurso dizer “vamos ver se as pessoas podem pagar”, o que significa que o Executivo Municipal e o PS sabem que as pessoas não conseguem pagar as taxas propostas, dado o estado actual da economia local. Referiu que o PS faria um favor aos cidadãos de Lagos se retirasse esta proposta e que considerasse, objectivamente, os factores que a própria lei define e que não tiveram acolhimento por parte da Câmara Municipal.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que este assunto é de veras importante para os comerciantes e empresários de Lagos, sendo certo que sem taxas e sem licenças o Município não vive e isso deve estar na consciência de todos os cidadãos. Reconheceu haver uma crise que afecta a todos e se não fosse essa crise não se estaria a discutir o aumento das taxas e das licenças. Disse que os aumentos quando



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

são falados em percentagens afligem as pessoas, mas depois de concretizar essas percentagens, por vezes os aumentos traduzem-se em alguns cêntimos. Referiu que o estudo apresentado parece-lhe estar no âmbito das necessidades que foram colocadas pela Câmara Municipal à empresa que o elaborou. Referindo-se ao powerpoint apresentado disse que o mesmo podia ter sido mais realista se, casuisticamente, tivessem sido desenvolvidas algumas questões. Disse que a intenção do CDS é de tentar ajudar a minimizar o impacto que estas taxas possam ter junto das pessoas. Terminou dizendo que criticar só por criticar não resolve nada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por agradecer a informação da Sra. Fernanda Afonso sobre a forma como se chega aos Regulamentos de outros municípios na internet. Disse manter a sua intervenção anterior, em relação às percentagens e voltou a lembrar que há pessoas que tiveram menos aumento de reforma do que o aumento do passe da Onda, ou seja, para quem ganha três ou quatro mil euros mensais, tem carro à disposição e telemóvel, estes números não lhes dizem nada, mas dizem muito a quem tem reformas e salários baixos; voltou a salientar o facto de uma esplanada no Pincho, durante o Inverno, pagar, actualmente, cerca de um euro por metro quadrado e, após este estudo, passar a pagar cerca de vinte euros; é uma grande percentagem de aumento. Disse que não estava a dramatizar a situação, estava a constatar os factos. Referiu que o Algarve gera riqueza, mas o Concelho de Lagos está em nono lugar, no Algarve, em relação a salários e rendimentos. Disse ainda que os preços constantes no Regulamento de Taxas de Faro, colocado neste dia à discussão pública, nada tem a ver com os preços propostos por Lagos.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que o discurso do PSD é realista, principalmente quando se fala em valores concretos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o propósito da presente proposta é repor a verdade e aplicar o princípio da proporcionalidade que a lei impõe nas taxas e licenças municipais. Referiu que as actualizações propostas não são cegas, nem sem fundamento. Disse conhecer a realidade e o tecido das actuações municipais. Referiu que estão a recolher, em nome dos munícipes, daqueles que tiram partido da actuação municipal, ou dos bens do Município, aquilo que é mais justo do que no momento é considerado pela lei, pela economia e em toda a extensão europeia. Disse considerar este princípio, já aplicado às taxas de urbanização e edificação, o mais adequado, considerando que, alguma da argumentação para condenar este princípio deve ser vista em benefício deste. Sobre a Onda e o referido pelo Sr. José Manuel Freire, disse que os munícipes que vêm agora da Meia Praia na Onda, se não existisse a Onda vinham a pé, de táxi, ou utilizavam o anterior serviço que não tinha uma terça parte da qualidade do serviço da Onda. Disse que a Onda é um dos muitos exemplos da actuação do Município em que todo o custo social é assumido pelo Município; em dois mil e oito o Município teve que suportar sessenta e cinco por cento do custo da Onda. Referiu que a Onda traz mais pessoas a fazer compras no comércio local, mas tem custos e esses custos não devem ser suportados só pelas pessoas que estão a beneficiar



deste serviço fora do centro urbano. Informou que mesmo com a actualização da Onda o Município vai continuar a pagar cerca de cinquenta e sete por cento do custo do serviço. Disse que a ocupação do espaço público não é imposto pela Câmara às pessoas, as pessoas fazem as suas contas. Esclareceu que os aumentos são faseados e que no final de cada ano será feito um balanço e será ponderado o aumento previsto para o ano seguinte. Referiu que, assim como a CDU tem dados sobre os salários e desemprego, a Câmara também os tem e por isso tinha desenvolvido, em tempo oportuno e antes de muitos outros Municípios, que agora copiam o modelo de Lagos, um conjunto de medidas que servem para apoiar as pessoas com dificuldades e quem paga essas medidas são as finanças do município e para as finanças do município continuarem a apoiar a Onda, a Cultura, o Desporto e a Acção Social é preciso tomar algumas medidas. Disse não acreditar que com os valores previstos para as esplanadas, qualquer pessoa que tenha uma esplanada, venha solicitar um subsídio à Câmara Municipal. Referiu que esta situação tem o verso e o reverso. Em relação ao Regulamento de Faro disse que estava curioso por ver o mesmo, uma vez que não deve ter valores tão baixos como os apregoados. Disse que as coisas não podem ser tratadas de uma maneira quando se está no poder e de outra quando se está na oposição. Reconheceu que a situação é complexa e lamentou que o PSD e a CDU tendo tido oportunidade para dar contributos na altura certa não o tenha feito. Afirmou que o estudo está bem feito pela empresa e não aceita a crítica de que o estudo não foi bem feito porque a Câmara não forneceu os dados correctos. Admitiu que nem todas as decisões que a Câmara tomou nos últimos anos foram as melhores e nem todas correram bem, mas o que foi feito em prol da promoção do Concelho e da sua imagem, foi uma boa aposta, apesar de algumas ainda não terem sido suficientemente rentabilizadas. Disse que a Câmara se preocupa, todos os dias, com as pessoas que passam dificuldades e por isso tem vários acordos com diversas entidades que todos os dias no terreno apoiam essas pessoas. Realçou que há vários caminhos para chegar a um sítio, e o sítio a que a Câmara quer chegar é o da sustentabilidade e o Município também não resiste, em tempo de grande perda de receitas. Em tom de ironia, deu os parabéns ao PSD de Lagos pelo facto deste ter adivinhado a crise mundial, ao contrário dos grandes especialistas mundiais e disse que o que o PSD fez é demagogia pura e a Câmara Municipal não se baliza por este tipo de actuações, baliza-se pela verdade, pela sustentabilidade e pela justiça e é isso que com este Regulamento se procura. Disse ter orgulho no aumento das despesas correntes da Câmara, uma vez que melhoraram muitas escolas do Concelho, muitos equipamentos desportivos, dado que não são despesa mas sim investimento para o futuro e faz sentido que quem beneficie do melhoramento pague um pouco mais. Referiu que as pessoas não falam só com a oposição também falam com o Presidente da Câmara e não só pessoas a dar o parabéns. Disse que o que costuma ouvir da oposição é aumentar as despesas do Município ao máximo e reduzir a sua capacidade de receita e isso não é responsável, nem sustentável. Referiu que na anterior reunião da Assembleia foram apresentadas dezassete moções e qualquer dela era para aumentar as despesas do Município, questionando-se se seriam coisas primordiais ou seria só para ser



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

simpático para com as pessoas presentes? Na sua opinião foi demagogia pura e populismo do mais barato. Afirmou que aquilo que é de todos tem que contribuir de uma forma mais significativa para aquilo que é para todos e sobretudo para aqueles que precisam mais. Referiu que Lagos tem dos IMI's e dos IRS's mais baixos do Algarve e não lança Derramas todos os anos, ao contrario de alguns Municípios e tudo isto tem que ser colocado no outro prato da balança, mas isso não fez a oposição. Disse que tudo isto está equacionado no estudo apresentado. Terminou dizendo o seguinte: “Há um ditado chinês que diz assim: “se pensas como sempre pensaste e se fizeres como sempre fizeste vais ter sempre o mesmo resultado. É isso que queres?” e é isso que eu pergunto à Assembleia e aos cidadãos de Lagos.”.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tenta justificar com o PSD aquilo que não tem justificação no momento. Esclareceu que custa ao PSD ver que são sempre os mesmos a pagar a crise. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse tudo ao dizer que a Câmara Municipal tem menos receitas, por isso agora “estes têm que pagar”, os comerciantes de Lagos vão ter que pagar o facto de termos todos tido uma gestão despesista da Câmara Municipal que obriga a angariar receita e onde vão angariar é na alteração substancial do Regulamento de Taxas e Licenças e por as pessoas a pagar aquilo que objectivamente lhes vai ser impossível pagar. Referiu que as coisas já mudaram há muito tempo, mas o Sr. Presidente da Câmara só se lembrou de mudá-las quando faltou o dinheiro e o PSD, assim como outros Partidos, têm vindo a chamar à atenção para tal. Disse que gostava de ver a Câmara Municipal lançar uma Derrama para apoiar os comerciantes. Terminou informando que o PSD ia votar contra esta proposta apresentada pela Câmara Municipal, sem demagogias.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Governo tinha prometido que não havia aumento dos transportes públicos e não houve, mas os de Lagos aumentaram cerca de trinta por cento no passe. Perguntou se a Câmara Municipal ia manter o que está escrito para dois mil e doze ou se ia mudar para “em dois mil e doze, logo conversamos”.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, perguntou se com a alteração proposta pelo Sr. José Manuel Freire, o Sr. Deputado Municipal votava a favor da proposta da Câmara Municipal, porque se com essa alteração ele votasse a favor a Câmara fazia a alteração sugerida.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não votava porque trinta e cinco de uma vez e sessenta e cinco noutra era o suficiente.

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a grande preocupação do PS tinha a ver com os aumentos previstos para o último ano do faseamento apresentado e por isso acha que existem valores que têm que ser repensados em dois mil e doze, mas há valores justos. Referiu que o PSD fala no aumento dos custos de dois mil e um para o presente, mas antes de dois mil e um não havia despesas como existem agora com as escolas, instalações desportivas, acção social, etc.. Informou que o PS iria votar favoravelmente a proposta da Câmara uma vez que a mesma tinha garantido que as taxas iam ser



revistas para dois mil e onze e para dois mil e doze.-----
-----Posto isto foi submetido a votação a **PROPOSTA DE REGULAMENTO E TABELA DE LICENÇAS, TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA E IMPLEMENTAÇÃO FASEADA**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	1	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	1	7

-----Não participaram nesta votação, por se encontrarem ausente da sala os Srs. Carlos Ribeiro (PS), Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) e Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 30/AM/2010:**

-----**Aprovado**, por maioria, o Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais, respectiva fundamentação económico-financeira e implementação faseada, nos termos previstos na alínea a) do nº 6, do Artº 64º e para os efeitos consignados na alínea a) do nº 2, do Artº 53º, todos da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, conjugados com o nº 1 do Artº 8º, da Lei nº 53-E/2006, de 29/12, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de Janeiro de 2010.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A Lei permite que as Câmaras Municipais fixem as taxas a aplicar por serviços que prestam, mediante regras de proporcionalidade e fundamentação financeira. O novo Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais apresentado pela Câmara Municipal é bem revelador das opções políticas do PS e da ausência de uma estratégia de desenvolvimento sustentada, inclusiva e de apoio aos agentes económicos e população locais. Depois do aumento da água em 5%, do saneamento em 17% e dos resíduos sólidos urbanos em 23% e com a decisão de nos próximos 2 anos aumentar a tarifa de saneamento em 15% e 22%, respectivamente. Depois dos aumentos dos transportes públicos urbanos (Onda) em que o preço dos passes mensais chegam a atingir um aumento de cerca de 30%. Submete a Câmara Municipal de Lagos à aprovação desta Assembleia a proposta de Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais. Assim, segundo a proposta de implementação faseada, em 2010 os aumentos atingirão até 30% e em 2011 até 65%, relativamente às taxas em vigor em 2009. Já em 2012 serão aplicadas as taxas apuradas no estudo económico aprovado pela Câmara Municipal em que a título de exemplo: - a emissão de certidões de teor aumentam 55%; - os horários dos estabelecimentos aumentam 194%; - a ocupação de lojas nos Mercados Municipais aumentam 199%; as ocupações de bancas de fruta aumentam 144% e as de peixe 142 %; - a concessão de cartão de produtor aumenta 197%; - as inumações temporárias nos cemitérios de Lagos aumentam 327% e as perpétuas 343%; - a ocupação da via pública com esplanadas no Centro Histórico e zona pedonal da Vila



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

da Luz no Inverno aumentam 1100 % e no Verão 395%; - a ocupação da via pública nas restantes zonas da cidade aumentam no Inverno 1 902% e no Verão 767%; - a ocupação da via pública com esplanadas nas restantes áreas do Município aumentam no Verão 1135% e no Inverno 3073%. É absolutamente inaceitável que perante as dificuldades com que se têm vindo a confrontar os trabalhadores, as micro, pequenas e médias empresas e o povo português – baixos salários e reformas, endividamento, falências, desemprego galopante e quebra do poder de compra – que a Câmara Municipal de Lagos aumente escandalosamente os transportes públicos as tarifas e agora as taxas municipais, penalizando os munícipes e as empresas do concelho com aumentos de taxas incompreensíveis e inaceitáveis. O eleito da CDU não aceita nem poderá dar o seu acordo a políticas, medidas e opções que contribuem para tornar mais difícil a vida dos munícipes. Por todas as razões apontadas vota contra.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Tomamos a decisão: Votar contra. Fundamenta: 1. Contradição nos pressupostos apresentados pelo executivo socialista; 2. Com a crise económica e com a cada vez maior taxa de desemprego no concelho de Lagos, o Executivo Socialista aposta no agravamento das taxas a cobrar aos lacobrigenses. Ao contrario do que o PS defende, na nossa opinião, estas taxas são penalizadoras para a criação de emprego, contribuindo, ao invés para o aumento das desigualdades sociais no concelho. 3. O PS aponta sempre como solução para os problemas económico-financeiros da Câmara Municipal o aumento dos impostos e taxas, nunca apontando medidas para o controlo da despesa (Ex. Introdução de métodos analíticos de controlo da despesa).”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 8 de Março de 2010, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 5 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 4 minutos, da madrugada do dia 2 de Março, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--